



Proc. Administrativo 4.058/2023

De: Ana S. - SEAD-CLC-DC-FC

Para: CGM - REP - Recepção da controladoria - A/C Maria O.

Data: 05/04/2023 às 09:57:09

Setores envolvidos:

SEAD-CLC-DC-FC, SEAD-CLC-DC-RMS, CGM - REP, CGM - PROC, CGM-NTSE

CONTRATO 250-2023 PARA INFORMAR AO SIGA E E-TCM

SEAD – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:

NÃO

ADEAP - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRICULTURA E PECUÁRIA:

NÃO

AMA - AUTARQUIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO:

NÃO

ASCOM - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO:

NÃO

CGM – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:

NÃO

CSTT - COMPANHIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE:

NÃO

IPJ – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE JUAZEIRO:

NÃO

PGM – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:

NÃO

SAAE - SERVIÇO DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL:

NÃO

SECULTE – SECRETARIA DE CULTURA:

NÃO

SEDES - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHER E DIVERSIDADE:

SIM

SEDUC - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:

NÃO

SEDUR – SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO:

NÃO

SEFIN – SECRETARIA DE FINANÇA:

NÃO

SEGOV – SECRETARIA DE GOVERNO:

NÃO

SEMAURB – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E ORDENAMENTO URBANO:

NÃO

SESAU – SECRETARIA DE SAÚDE:

NÃO

SESP – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS:

NÃO

SEFAZ – SECRETARIA DA FAZENDA:

NÃO

SEGESP – SECRETARIA GESTÃO DE PESSOAS:

NÃO

Número do Processo de Licitação*:

PE 049-2022

Prestador*:

FRANCISCO FLAVIO COELHO DE MACEDO

Número do Contrato*:

250-2023

Selecione o Tipo de Documento*:

CNPJ

CNPJ:

17.558.681/0001-00

Prezados,

Segue em anexo documentos digitalizados para informe ao SIGA e E-TCM.

Contrato 250-2023

PE 049-2022

—

Ana Raphaela Ramos da Silva

Auxiliar administrativo

Anexos:

ATA_030_2023_ALIMENTOS_NAO_PERECIVEIS_FRANCISCO_FLAVIO_SESAU.pdf

COPIA_DO_CONTRATO.pdf

ESTADUAL.pdf
FGTS.pdf
MUNICIPAL.pdf
NOTA_DE_EMPENHO.pdf
PUBLICACAO.pdf
PUBLICACAO_2_.pdf
TRABALHISTA.pdf
UNIAO.pdf

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030-2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 319-2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049-2022**

Aos (27) dias de Fevereiro, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Juazeiro/BA, localizada na Praça Barão do Rio Branco, N.º 01 - Centro, 1º andar, CEP: 48.903-400 – Juazeiro/BA, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, com o Decreto nº 7892/2013 e em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2022, O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – SEDES** de Juazeiro/BA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 19.578.127/0001-10, neste ato representado por seu Secretário, Sr. **FERNANDO ANTONIO BEZERRA DA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **MUNICÍPIO**, resolve, REGISTRAR os preços dos produtos descritos ao final, oferecidos pela Empresa **FRANCISCO FLAVIO COELHO DE MACEDO**, inscrito no seu CNPJ: 17.558.681/0001-00 pessoa jurídica de direito privado, com sede na à Rua Monsenhor Costa Rego, nº 325, CEP 56309-440, Cohab VI, Petrolina-PE, neste ato representado por **FLAVIO MIRANDA DE ALENCAR**, inscrito no CPF/MF sob o n.º **975.333.945-34** denominada DETENTORA:

1. DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (NÃO PERECÍVEIS), DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE - SESAU, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SEDUC E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHER E DIVERSIDADE -SEDES DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO BA.

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
5	8900200576 - ADOÇANTE INGREDIENTES: ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO COM SUCRALOSE E ACESSULFAME DE POTÁSSIO. UNIDADES DE 100ML. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA 2 ANOS A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A EMBALAGEM DEVE CONTER DATA DE VALIDADE, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS	UND	ZERO CAL	300	R\$ 5,02	R\$ 1.506,00
11	8900200531 - AZEITE DE DENDÊ 500 ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, PESO LIQUIDO DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/MS	UND	PRONTU	200	R\$ 6,19	R\$ 1.238,00
12	8900200537 - AZEITE DE OLIVA, COM ACIDEZ MÁXIMA DE 0,8% (EM ÁCIDO OLÉICO), PARA TEMPORAR ALIMENTOS, EMBALAGEM DE 500ML. O PRODUTO DEVERÁ TER PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UND	FIL'PO BERIO	500	R\$ 8,29	R\$ 4.145,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO / BA
Praça do Rio Branco, Nº 01, Centro, Juazeiro, Bahia, CEP 48.903-400
CNPJ nº 13.915.632/0001-27 www.juazeiro.ba.gov.br

Assinado por: pesquisar: FERNANDO ANTONIO BEZERRA DA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://juazeiro.tbcc.com.br/verificacao/ESSE-073E-7FDD-C381 e informe o código ESSE-073E-7FDD-C381



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

13	8900200533 - BATATA PALHA PCT C/ 500G DE 1ª QUALIDADE, ÍNTEGRO E CROCANTE, EMBALADO FM PLÁSTICO RESISTENTE, COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PCT	YOKI	500	R\$ 9,90	R\$ 4.950,00
15	8900200613 - BISCOITO DOCE TIPO MARIA FORMATAÇÃO ARREDONDADA, COMPOSIÇÃO BÁSICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AÇÚCAR E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS, ACONDICIONADO FM SACO PLÁSTICO IMPERMEÁVEL, FECHADO, REEMBALADO EM CAIXA DE PAPEL VEDADA, COM 400 GRAMAS COM SUB EMBALAGENS INTERNAS. AS EMBALAGENS DEVEM CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DE PRODUTO, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE EN (COTA)	UND	PET'YAN	3000	R\$ 2,99	R\$ 8.970,00
16	8900200535 - BISCOITO INTEGRAL-FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, FARINHA DE TRIGO INTEGRAI, COM OUTROS INGREDIENTES. DEVERÃO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃO E LIMPOS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS, DEVENDO ESTAR EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SÃO REJEITADOS OS BISCOITOS OU BOLACHAS MAL COZIDAS, QUEIMADAS DE CARACTERES ORGANOLÉPTICOS ANORMAIS. NÃO PODERÁ APRESENTAR UMIDADE OU BISCOITOS QUEBRADOS. EMBALAGEM: SACO DE POLIETILENO ATÓXICO, DUPLA EMBALAGEM, TRANSPAR	PCT	PET'YAN	3000	R\$ 2,99	R\$ 8.970,00
17	13277 - BISCOITO SALGADO, ÁGUA E SAL, TIPO CREAM CRACKER 400G - COMPOSIÇÃO BÁSICA: FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, ÁGUA, SAL E DEMAIS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS. ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIPROPILENO, ATÓXICO, HERMETICAMENTE VEDADOS COM NO MÍNIMO 400G E EMBALADOS EM CAIXA DE PAPELÃO LIMPA, ÍNTEGRA E RESISTENTE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO	PCT	BRANDINI	3000	R\$ 2,99	R\$ 8.970,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

	DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, O PRODUTO DEVERÁ TER					
19	8900200514 - BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACKER 400G - EMBALADO EM SACO PLÁSTICO (POLIPROPILENO) E CONTIDO EM CAIXA DE PAPELÃO E ROTULAGEM ESPECÍFICA, DEVENDO CONTER: Nº DO LOTE, PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS (COTA)	PCT	PETVAN	3000	R\$ 2,99	R\$ 8.970,00
26	8900200541 - CALDO DE CARNE, CALDO DE CARNE EM PÓ CONCENTRADO SABOR CARNE 1.050KG COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, PESO LÍQUIDO DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/MS	PCT	QUALIMAX	300	R\$ 9,49	R\$ 2.847,00
27	13283 - CALDO DE CARNE, EM CUROS, EMBALAGENS DE 6 CUROS COM PESO TOTAL 57G	UND	MAGGI	300	R\$ 0,99	R\$ 297,00
28	8900200542 - CALDO DE GALINHA, CALDO DE CARNE EM PÓ CONCENTRADO SABOR GALINHA 1.050KG COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, PESO LÍQUIDO DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/MS	PCT	QUALIMAX	300	R\$ 9,49	R\$ 2.847,00
29	8900200543 - CANJIQUINHA PCT 1 KG CANJIQUINHA DE MILHO - PACOTE 1 KG	UND	DULAR	200	R\$ 3,19	R\$ 638,00
32	8900200546 - COCO RALADO E DESIDRATADO 100G, CONTENDO VALIDADE E SELO DE INSPEÇÃO	SCH	DO VALE	100	R\$ 2,20	R\$ 220,00
33	8900200547 - CREME DE CEBOLA, CREME DE CEBOLA EM PÓ 60G COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, PESO LÍQUIDO DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/MS	UND	MAGGI	100	R\$ 2,55	R\$ 255,00
34	8900200548 - CREME DE LEITE, TRADICIONAL. EMBALAGEM: COM 200 G, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE	UND	ITAMBÉ	500	R\$ 2,14	R\$ 1075,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO / BA
Praça do Rio Branco, Nº 01, Centro, Juazeiro, Bahia. CEP 48.903 400
CNPJ nº 13.915.632/0001-27 www.juazeiro.ba.gov.br

Assinado por: 1 pessoa: FERNANDO ANTÔNIO FERREIRA DA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juazeiro.ba.gov.br/verificacao/ES3E-CF3F-7FD0-CB81> e informe o código ES3E-CF3E-7FD0-CB81

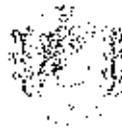


PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

35	8900200594 - DOCE DE LEITE (LATA 10 KG) DOCE DE LEITE CREMOSO	UND	TRIANGULO	100	R\$ 43,00	R\$ 4.300,00
36	8900200549 - ERVILHA REIDRATADA, EM CONSERVA. EMBALAGEM COM 200 G, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/MS	LT	ODERICH	200	R\$ 1,90	R\$ 380,00
40	8900200553 - FARINHA, DE TRIGO, COM FERMENTO. EMBALAGEM CONTENDO 01 KG, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A PORTARIA 354/98 ANVISA E PORTARIA 74/S4 DO MS/SNVS	KG	DONA BENEJA	500	R\$ 2,20	R\$ 1.100,00
41	8900200554 - FARINHA, LÁCTEA, À BASE DE FARINHA DE TRIGO E LEITE INTEGRAL. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E DE ACORDO COM A PORTARIA 31/98 ANVISA	UND	NESTLE	500	R\$ 3,60	R\$ 1.800,00
47	8900200550 - FERMENTO BIOLÓGICO 10 G FERMENTO BIOLÓGICO; PARA PÃO, FRESCO. EMBALAGEM BEM FECHADA E INTACTA. SABOR, COR, ODOR E ASPECTOS CARACTERÍSTICOS. (EMBALAGEM 10G)	PCT	DR OETCKER	300	R\$ 0,90	R\$ 270,00
48	8900200560 - FERMENTO QUÍMICO EM PÓ (LATA, ASPECTO, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS, LIVRES DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. (LATA 250 G)	UND	ROYAL	150	R\$ 4,50	R\$ 675,00
51	13285 - FUBÁ (FINO), EMBALAGEM: PACOTE COM 500G DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PCT	YOKI	1500	R\$ 1,70	R\$ 2.550,00
52	8900200567 - GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI, ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 85G, DE 1ª QUALIDADE.	CX	DR OETCKER	100	R\$ 0,90	R\$ 90,00
53	8900200563 - GELATINA EM PÓ SABOR LIMÃO, ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 85G, DE 1ª QUALIDADE.	CX	DR OETCKER	100	R\$ 0,90	R\$ 90,00
54	8900200564 - GELATINA EM PÓ SABOR MORANGO, ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 85G, DE 1ª QUALIDADE.	CX	DR OETCKER	100	R\$ 1,20	R\$ 120,00
55	8900200565 - GELATINA EM PÓ SABOR UVA, ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 85G, DE 1ª QUALIDADE.	CX	DR OETCKER	100	R\$ 1,20	R\$ 120,00
56	8900200566 - GOIABADA ; EMBALAGEM COM 500G, DE CONSISTÊNCIA FIRME PARA CORTE, INSENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. CONSTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E SELO DE INSPEÇÃO	PCT	TAMBAU	200	R\$ 3,70	R\$ 740,00
57	8900200567 - GOMA DE TAPIOCA C/ 500G	PCT	MA LU	100	R\$ 5,05	R\$ 505,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO / BA
Praça do Rio Branco, Nº 01, Centro, Juazeiro, Bahia. CEP 48.903-400
CNPJ nº 13.915.632/0001-27 www.juazeiro.ba.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

58	8900200568 - LEITE CONDENSADO TRADICIONAL, EMBALAGEM: COM 395 G, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE	UND	PIRACANJUBA	2000	R\$ 3,90	R\$ 7.800,00
51	8900200571 - LEITE EM PÓ SEM LACTOSE INGREDIENTES: Á BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, ÓLEO DE PALMA, XAROPE DE MILHO, AÇÚCAR, FOSFATO DE CÁLCIO, CITRATO DE POTÁSSIO, FOSFATO DE POTÁSSIO, DIBÁSICO, SAL, FOSFATO DE MAGNÉSIO, ÓXIDO DE ZINCO, PIRÓFOSFATO FÉRRICO, PANTOTENATO DE CÁLCIO, VITAMINAS, EMULSIFICANTES: LECITINA F MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS, AROMATIZANTE E CORANTE NATURAL (BETACAROTENO), AÇÚCAR, MALTODEXTRINA E AROMA IDÊNTICO AO NATURAL DE BAUNILHA. NÃO CONTEM GLÚTEN. EMBALAGEM: PRIMÁRIA; AT	UND	CCGI	1000	R\$ 9,49	R\$ 9.490,00
63	8900200598 - LEITE, EM PÓ INTEGRAL, INSTANTÂNEO, EMBALAGEM LATA COM 400G.COM: CARACTERÍSTICAS: A) ORGANO-LÉPTICAS ASPECTO - PÓ UNIFORME SEM GRÂNULOS COR - BRANCO AMARELAJA ODOE E SABOR - AGRADÁVEL, NÃO RANÇOSO, SEMELHANTE AO DO LEITE FLUIDO B) FÍSICO-QUÍMICAS PROTEÍNA - MÍNIMO 26 % GORDURA MÍNIMO 26 % UMIDADE - MÁXIMO 3,5 % ACIDEZ EM SÓLIDOS NÃO GORDUROSOS - MÁXIMO 18 % SOLUBILIDADE - MÍNIMO 98 % AMIDO AUSÊNCIA SORO - AUSÊNCIA C) MICROBIOLÓGICAS SALMONELLA EM 25 G - AUSÊNCIA COLIFORMES A 45º C - MÁXIMO 10/G (COTA)	UND	ITAMBE	9524	R\$ 7,42	R\$ 70.668,08
54	8900200573 - MACARRÃO ARGOLINHA MACARRÃO COM OVOS TIPO ARGOLINHA, PRODUTO FERMENTADO OBTIDO PELO AMASSAMENTO DA FARINHA DE TRIGO COM ÁGUA. EMBALAGEM: ACONDICIONADOS EM SACOS DE POLIETILENO CONTENDO 500 GRAMAS EM FARDOS RESISTENTES DE ATÉ 05 KG. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	PCF	VITARELA	5000	R\$ 1,99	R\$ 9.950,00



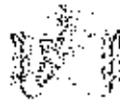
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

68	13295 - MAIONESE. EMBALAGEM: POTE COM 250MG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO. IDENTIFICAÇÃO DE FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES DA ANVISA/MS. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE	UND	HELLMANN'S	500	R\$ 1,90	R\$ 950,00
71	8900200577 - MARGARINA 0% DE LACTOSE OU CREME VEGETAL ISENTA DE LEITE, LACTOSE, SORO DE LEITE OU TRAÇOS DE LEITE. INGREDIENTES: ÁGUA, ÓLEOS VEGETAIS, SAL, VITAMINAS, CORANTE NATURAL, CONSERVANTES E AROMATIZANTES, DESDE QUE PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO, SEM GORDURAS TRANS E COLESTEROL EM POTES DE POLIPROPILENO, RESISTENTES, QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO CONTENDO PESO LÍQUIDO DE 500 GRAMAS, COM TACRE DE PROTEÇÃO INTACTO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFI.	UND	QUALY	200	R\$ 2,95	R\$ 598,00
73	8900200580 - MARGARINA EMBALAGEM DE 500G, PRODUTO DE ÓTIMA QUALIDADE E QUE EM SUA EMBALAGEM CONTENHA TODAS AS ESPECIFICAÇÕES PERTINENTES, INCLUSIVE DATA DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 10 MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. (COTA)	UND	PURO SABOR	2000	R\$ 3,75	R\$ 7.500,00
74	8900200579 - MASSA PARA BOLO (MISTURA PARA BOLO), SABOR SAUV'LEHA	PCT	MARATA	500	R\$ 2,75	R\$ 1.375,00
75	8900200580 - MASSA PARA BOLO (MISTURA PARA BOLO), SABOR CHOCOLATE	PCT	MARATA	500	R\$ 2,75	R\$ 1.375,00
76	13296 - MASSA PARA BOLO (MISTURA PARA BOLO), SABOR LARANJA	UND	DONA BENTA	500	R\$ 3,25	R\$ 1.625,00
79	8900200583 - MIIHO, VERDE, EM CONSERVA. EMBALAGEM COM 200 G, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DE FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/MS	LT	ODERICH	200	R\$ 2,59	R\$ 518,00
80	13297 - MINGAU DE ARROZ, MINGAU DE ARROZ INSTANTÂNEO LATA DE 400GR	UND	NESTLE	200	R\$ 6,95	R\$ 1.398,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO / BA

Praça do Rio Branco, Nº 01, Centro, Juazeiro, Bahia, CEP 48.903-400

CNPJ nº 13.915.632/0001-77 www.juazeiro.ba.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

81	8900200584 - MOLHO DE ALHO 150 GRAMAS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, PESO LÍQUIDO DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/MS	UND	TAMBAU	150	R\$ 1,69	RS 253,50
82	13299 - MOLHO DE MOSTARDA 200G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, PESO LÍQUIDO DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/MS	UND	ARISCO	150	R\$ 2,15	RS 322,50
83	8900200585 - MOLHO DE PIMENTA ÁGUA/PIMENTA VERMELHA MOÍDA/VINAGRE DE ÁLCOOL/SAL, APLICAÇÃO ALIMENTOS CONTENDO 150ML	UND	MARATA	150	RS 1,98	R\$ 297,00
84	8900200585 - MOLHO, TIPO SHOYU, A BASE DE SOJA EMBALAGEM: COM 150 GRAMAS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, PESO LÍQUIDO DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/MS	UND	MARATA	150	R\$ 1,98	R\$ 297,00
87	8900200588 - PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA 400G - COMPOSIÇÃO BÁSICA: PROTEÍNA DE SOJA 50% E CARBOIDRATO 30%, APRESENTAÇÃO: FLOCOS, ASPECTO FÍSICO: DESIDRATADA. O PRODUTO DEVERÁ TER PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6 MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UND	CAMIL	1500	R\$ 3,25	RS 4.875,00
88	8900200589 - REFRIGERANTE, COM AROMA NATURAL, SABORES VARIADOS, EMBALAGEM, PETI CONTENDO 2 LITROS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE. NA DATA DA ENTREGA, O PRAZO DE VALIDADE INDICADO PARA O PRODUTO, NÃO DEVERÁ TER SIDO ULTRAPASSADO NA SUA METADE, TOMANDO-SE COMO REFERÊNCIA, A DATA DE FABRICAÇÃO DO LOTE, IMPRESSA NA EMBALAGEM. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE	LITRO	INDAIA	2000	RS 2,90	R\$ 5.800,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

89	8900200590 - SAL REFINADO, IODADO, PARA CONSUMO DOMÉSTICO, EMBALAGEM PCT CONTENDO 01 KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES DA ANVISA/MS OU REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	PC1	VEZEZA	200	R\$ 0,73	RS 146,00
91	8900200592 - SUCO DE CAIXINHA APRESENTAÇÃO LÍQUIDA SABOR GOIABA, TIPO ARTIFICIAL. 200 ML	UND	DA FRUTA	2000	R\$ 0,85	R\$ 1.700,00
92	8900200593 - SUCO DE CAIXINHA APRESENTAÇÃO LÍQUIDA SABOR LARANJA, TIPO ARTIFICIAL. 200 ML	UND	MARATA	2000	R\$ 0,85	RS 1.700,00
93	13303 - SUCO DE CAIXINHA APRESENTAÇÃO LÍQUIDA SABOR PÊSSEGO, TIPO ARTIFICIAL. 200 ML	UND	MARATA	2000	R\$ 0,90	R\$ 1.800,00
94	13304 - SUCO DE CAIXINHA APRESENTAÇÃO LÍQUIDA SABOR UVA, TIPO ARTIFICIAL. 200 ML	UND	DA FRUTA	2000	R\$ 0,90	R\$ 1.800,00
95	13305 - VINAGRE, ENVASADO EM GARRAFA DE POLIETILENO ATÓXICA RESISTENTE TRANSPARENTE, CONTENDO 750 ML, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (ROTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. VALIDADE MÁXIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	UND	MURIONGO	500	R\$ 1,65	RS 825,00
						R\$ 201.675,08

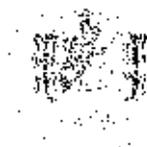
Valor Total Estimado Adjudicado, tomando por base os valores de referência unitário fixados no instrumento convocatório, Adjudicado e Homologado é de: **R\$ 201.675,08 (Duzentos e um mil, seiscentos e setenta e cinco reais e oito centavos).**

1.2. As quantidades apresentadas são estimativas de consumo, podendo variar para menos, de acordo com a demanda, observado o disposto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, não se obrigando o Município à aquisição total.

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie, facultando a utilização de outros meios para aquisição, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

1.4. Fazem parte integrante desta ata de registro de preços como se nela estivesse transcrito, as condições e exigências de contratação estabelecidas no **Anexo XIII - Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico nº 049/2022 e seus anexos.**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

2. DO PREÇO

2.1. Os preços dos produtos são fixos e equivalentes aos de mercado na data de apresentação da proposta, para pagamento em até 30 (trinta) dias subsequente APÓS O RECEBIMENTO DEFINITIVO, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pelo detentor, devidamente atestada pelo responsável pelo setor competente.

2.2. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições sociais e para-fiscais), transporte de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua publicação.

4. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA

4.1. A Fiscalização desta Ata de Registro de Preços caberá à Secretaria De Desenvolvimento Social, Mulher e Diversidade -SEDFS, sendo a mesma neste ato representada pelo Sr. **YANDERSON MARCOS DA SILVA RAMOS**, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.035.464-74 coordenando, controlando e avaliando a execução do mesmo no decorrer de todo o seu período de vigência.

4.2. A gestão da presente Ata de Registro de Preços poderá ser modificada conforme necessidades da Secretaria Requisitante.

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da ata de registro de preços, após a assinatura da ata.

5.2. O compromisso de fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

5.2.1. A celebração do compromisso de fornecimento será formalizada com a assinatura da Ata e pelo recebimento ou retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente pela detentora da ata; 5.3. A detentora será obrigada a fornecer a quantidade prevista na ata.

5.3 Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, através da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

5.4. As quantidades solicitadas serão de acordo com as necessidades, respeitando-se o valor estimado.

5.5. As quantidades não estimadas na presente ata poderão ser utilizadas até o limite estabelecido no item 5.3, além do total registrado.

5.5.1. Havendo necessidade de aumentar as quantidades, será comunicado ao detentor com antecedência de no mínimo de 10 (dez) dias.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes de fornecimentos correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
10 - SEDES	1010001	2091/2097/2102/2137/2095	33.50.30	15000/16600/16610

7. DOS PAGAMENTOS

7.1. O pagamento deverá ser efetuado após a entrega efetiva dos materiais, através de transferência bancária em conta corrente da empresa contratada, em até 30 (trinta) dias subsequentes ao fornecimento, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo gestor do contrato.

7.1.1. O pagamento poderá ser efetuado pela Administração do Município ou quaisquer órgãos da Administração Indireta que utilizarem o Registro de Preços, de acordo com as obrigações.

7.2 Os pagamentos serão realizados em moeda corrente nacional, a ser creditado em conta corrente da Detentora ou, por meio de ordem bancária, em favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo para isso ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.3 Caso a DETENTORA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei nº. 9.317/96 e a sua sucessora, a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

7.4 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à DETENTORA, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Município de Juazeiro/BA.

7.5 Todo e qualquer pagamento somente será efetuado após a comprovação de que o detentor da ata se encontra em dia com o INSS e FGTS, mediante apresentação das pertinentes CNDs.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1. Acompanhar, fiscalizar e avaliar as entregas do objeto desta Ata.

8.2. Solicitar o objeto licitado através de Solicitação de Despesa e encaminhado para a empresa por e-mail ou entregue pessoalmente.

8.3. Receber o objeto licitado solicitado.

8.4. Controlar o recebimento do objeto licitado solicitado.

8.5. Conferir e atestar as notas fiscais (fatura) encaminhando-as para Contabilidade para empenho.

8.6. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.

8.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição do objeto da avença em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8.8. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado, desde que sejam observadas as condições contratuais.

8.9. Aplicar se necessário, as sanções, conforme previsto no contrato.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO ESTADO DA BAHIA

9. DAS OUTRAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

9.1. A DETENTORA será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos materiais.

9.2. A DETENTORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

9.3. A DETENTORA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da unidade requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

9.4. A DETENTORA deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da presente ata de registro de preço.

9.5. Efetuar as entregas nos locais, horários e quantidades indicadas e solicitadas pelo MUNICÍPIO.

9.6. Todo e qualquer fornecimento de material fora do estabelecido nesta Ata, em desacordo com as especificações, será imediatamente notificado, que ficará obrigada a substituir prontamente os produtos, correndo por sua conta e risco tais substituições.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. Os itens deverão ser entregues nos locais determinados pelas secretarias solicitantes, sempre que solicitados, de acordo com as necessidades, mediante autorização oficial de fornecimento, atestada pelo gestor do contrato, contados a partir da data de assinatura do contrato, nos seguintes prazos: **SESAU**: 48 (quarenta e oito) horas, localizado na Quadra D, Galpão II, Distrito Industrial, Bairro João Paulo II (almoxarifado central da Secretaria Municipal de Saúde). **SEDES**: 05 (cinco) dias úteis, localizado na Praça da Bandeira, Nº 01, Centro, Juazeiro/BA. **SEDUC**: 10 (dez) dias úteis, localizado no Pavilhão 02, n. 12, Distrito Industrial do São Francisco, Bairro João Paulo II (almoxarifado da SEDUC).

10.1.2. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, uma única vez, caso seja protocolada pelo fornecedor a solicitação, com as devidas justificativas, por igual período antes do término do prazo máximo para entrega, previsto na Solicitação de Fornecimento, sob pena de sanção;

10.1.3. Caso seja verificada qualquer incompatibilidade no fornecimento, mesmo após o recebimento por parte da Prefeitura Municipal de Juazeiro, sendo a que tempo for respeitando-se o prazo de validade do contrato, o material deverá ser substituído por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 05 (cinco) dias, não considerados como prorrogação do prazo de entrega;

10.2. Os materiais solicitados deverão estar em estrita conformidade com as especificações destacadas nas solicitações de Fornecimento (SF);

10.2.1. Os pedidos ocorrerão de acordo com as necessidades da PMJ e por meio da emissão de Solicitação de Fornecimento;

10.2.2. Serão aceitas somente Notas Fiscais Eletrônicas. O setor de Almoxarifado expedirá o Atestado de Recebimento Provisório e após a análise dos produtos, emitirá o atestado definitivo;

10.2.3. Constatadas irregularidades no objeto, a Administração, sem prejuízos das penalidades cabíveis, poderá;





PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO ESTADO DA BAHIA

10.2.3.1 Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Termo de Referência, determinando sua substituição;

10.2.3.2 Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes;

10.2.4 As irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento pelo fornecedor da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

10.3. Não será considerada entrega realizada para itens que precisem ser devolvidos por não atender as especificações, que não estejam de acordo com o que foi licitado.

10.4. Todos os custos relativos à entrega do objeto desta licitação serão de responsabilidade da DETENTORA.

10.4.1 Se a detentora com preço registrado em primeiro lugar não receber ou não retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, a Administração convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar, para efetuar o fornecimento, conforme artigo 4º Inciso XVI e o artigo 23º, e assim por diante quanto às demais detentoras, sendo aplicadas às faltosas as penalidades descritas no item 11.

10.4.2 Será dado como retirada/recebida, a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento enviada via e-mail.

10.4.3 Os equipamentos e peças objeto desta licitação deverão ser entregues acompanhados de nota fiscal distintas, ou seja, de acordo com a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, constando o número da Ata de Registro, o número do Lote/Item - produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

11. DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O atraso injustificado na entrega do objeto contratado implica no pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento) ou 20 (vinte) dias de atraso, calculada sobre o valor da parcela em atraso e/ou valor correspondente na Nota de Empenho, isentando em consequências o MUNICÍPIO de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso. A partir do vigésimo primeiro dia de atraso na entrega será considerada a inexecução total do objeto.

11.2. Havendo atraso de pagamento, pagará o Município à detentora multa correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso, limitada a 9% (nove por cento) do valor da parcela em atraso.

11.3. A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com a presente Ata, implica no pagamento de multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do contrato.

11.4. A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com a presente Ata, implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato.

11.5. A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar a Ata, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, para efeitos de aplicação de multa, equivale à inexecução total da sua obrigação.

11.6. A aplicação de multa, a ser determinada pelo Município, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO / BA

Praça do Rio Branco, Nº 01, Centro, Juazeiro, Bahia, CEP 48.903-400

CA/PJ nº 13.915.632/0001-77 www.juazeiro.ba.gov.br





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

11.7. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

12. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

12.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a)** “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b)** “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c)** “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d)** “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e)** “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

12.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

12.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

13. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1. Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

13.1.1. Pelo Município, quando:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

- I – a detentora descumprir as condições de ata do registro de preços;
- II – a detentora não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- III – a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato de fornecimento;
- IV – em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- V – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto a sua atualização;
- VI – por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

13.1.2. Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

- I – os preços registrados se apresentarem inferiores aos praticados no mercado, se não houver acordo quanto a sua atualização;
- II – comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

13.2. Nas hipóteses previstas no subitem 13.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Jornal Oficial do Município juntando-se a comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

13.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado na Prefeitura Municipal de Juazeiro/BA, de segunda a sexta-feira, durante o horário de atendimento.

13.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na presente, para fornecer ao preço do primeiro classificado. Cancelada a ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada àquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para que venha fornecer.

13.4. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo Município, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

13.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Jornal Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

14. DA PUBLICIDADE

14.1. Os preços registrados na Ata serão publicados no Diário Oficial do Município.

15. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo.

15.1.1. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços registrados poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação da empresa detentora, desde que apresentadas as devidas justificativas.

15.1.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

15.2. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido a Prefeitura Municipal, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- I – Planilha de composição do preço original da proposta, bem como do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa; (Planilha em anexo).
- II – Cópia autenticada da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço.

15.3. Sendo procedente o requerimento da empresa detentora da ata, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

15.3.1. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram esta Ata, a relação dos preços registrados pelos demais licitantes, até o 3º classificado.

16.2. Fica eleito o foro da cidade de Juazeiro, Estado da Bahia para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

16.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis.

Juazeiro-BA, 27 de fevereiro de 2023

**FERNANDO ANTONIO BEZERRA DA COSTA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHER E DIVERSIDADE
CONTRATANTE**

Documento assinado digitalmente
FRANCISCO FLAVIO COELHO MACEDO
CPF: 029.406.875-75
Verifique em: brasilcaixa.gov.br

**FLAVIO MIRANDA DE ALENCAR
FRANCISCO FLAVIO COELHO DE MACEDO
CONTRATADO**

Testemunhas:

- 1) [Assinatura]
- 2) [Assinatura]

CPF: 067.903.055-40
CPF: 029.406.875-75





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E53E-CF3E-7FDD-CB81

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

 FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA DA COSTA (CPF 962.XXX.XXX-53) em 27/02/2023 17:11:35
(GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juazeiro.1doc.com.br/verificacao/E53E-CF3E-7FDD-CB81>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

CONTRATO Nº 250-2023

Contrato de fornecimento de produtos alimentícios (não perecíveis), destinados ao atendimento das demandas da Secretaria De Saúde - Sesau, Secretaria De Educação - Seduc e Secretaria De Desenvolvimento Social, Mulher e Diversidade - Sedes, que celebra o Município de Juazeiro - BA e a empresa **FRANCISCO FLAVIO COELHO DE MACEDO**

O MUNICÍPIO DE JUAZEIRO ESTADO DA BAHIA, órgão da administração Pública em Geral, natureza Jurídica Município, sediada na Praça Barão do Rio Branco, n.º 01 – Centro, Juazeiro - BA, **O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** cadastrada no CNPJ nº 19.578.127/0001-10, e-mail oficial: licitacao@juazeiro.ba.gov.br, neste ato representada pela **SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHER E DIVERSIDADE - SEDES**, Senhor **FERNANDO ANTONIO BEZERRA DA COSTA**, brasileiro, de ora em diante simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **FRANCISCO FLAVIO COELHO DE MACEDO**, inscrito no seu CNPJ: 17.558.681/0001-00 pessoa jurídica de direito privado, com sede na à Rua Monsenhor Costa Rego, nº 325, CEP 56309-440, Cohab VI, Petrolina-PE, neste ato representado por **FLAVIO MIRANDA DE ALENCAR**, inscrito no CPF/MF sob o n.º **975.333.945-34**, residente e domiciliado na cidade de Petrolina-PE, de ora em diante **CONTRATADA**, resolvem firmar instrumento contratual mediante as seguintes cláusulas.

As partes têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no **Processo Administrativo nº 319/2022, Pregão eletrônico nº 049/2022 e Ata de Registro de Preço nº 030/2023**, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

1. SUPORTE JURÍDICO

1.1. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, nos termos do *caput* do art. 54 da Lei Federal 8.666/1993 e ainda o seguinte:

- 1.1.1.** Lei Federal nº 4.320/1964 –Direito Financeiro Público;
- 1.1.2.** Lei Federal 8.137/1990 – Crimes de Ordem Tributária e econômica;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

- 1.1.3. Lei Federal nº 8.429/1992 – Improbidade Administrativa;
- 1.1.4. Lei Federal nº. 8.666/1993 – Licitações e Contratos;
- 1.1.5. Lei Federal 9.430/1996 – Tributação Federal;
- 1.1.6. Lei Complementar nº 101/2000 – Responsabilidade Fiscal;
- 1.1.7. Lei federal nº 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro;
- 1.1.8. Lei Federal nº. 10.520/2002 – Regulamentação o Pregão;
- 1.1.9. Lei Complementar nº 123/2006 – Microempresas;
- 1.1.10. Lei Federal nº 12.527/2011 – Transparência Pública;
- 1.1.11. Decreto Federal nº 10.024/2019 – Regulamenta Pregão Eletrônico;

2. DO OBJETO

Constitui objeto nos termos do inciso I do art. 55 da Lei Federal 8.666/1993, do presente instrumento, o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios (não perecíveis), destinados ao atendimento das demandas da Secretaria De Saúde - Sesau, Secretaria De Educação - Seduc e Secretaria De Desenvolvimento Social, Mulher e Diversidade - Sedes do Município de Juazeiro Ba.

3. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1. O objeto deste contrato deverá seguir a rigor as especificações técnicas descritas em sua proposta de preço, anexa a este contrato, de acordo com a solicitação da CONTRATANTE, de imediato, *in loco*, após solicitação oficial, a partir da assinatura do contrato e/ou emissão do empenho.

4. DA FORMA DE PRESTAÇÃO

4.1. Os Os itens deverão ser entregues nos locais determinados pelas secretarias solicitantes, sempre que solicitados, de acordo com as necessidades, mediante autorização oficial de fornecimento, atestada pelo gestor do contrato, contados a partir da data de assinatura do contrato, nos seguintes prazos: **SESAU:** 48 (quarenta e oito) horas, localizado na Quadra D, Galpão II, Distrito Industrial, Bairro João Paulo II (almoxarifado central da Secretaria Municipal de Saúde). **SEDES:** 05 (cinco) dias úteis, localizado na Praça da Bandeira, Nº 01, Centro, Juazeiro/BA. **SEDOC:** 10 (dez) dias úteis, localizado no Pavilhão 02, n. 12, Distrito Industrial do São Francisco, Bairro João Paulo II (almoxarifado da SEDUC).

4.2. O item deverá ser entregue em local definido pela solicitante;

4.3. O recebimento deverá cumprir os critérios estabelecidos neste instrumento;

4.4. As correspondências entre administração pública deverão ocorrer por meio do e-mail licitacao@juazeiro.ba.gov.br para o e-mail Paulo.petroлина@hotmail.com;

4.5. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA tomar medidas tecnológicas para que o e-mail da CONTRATANTE chegue à sua caixa entrada;





PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

- 4.6. A licitante que mudar de e-mail deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE por meio de ofício;
- 4.7. O não cumprimento do prazo previsto na alínea anterior acarretará a CONTRATADA às penalidades previstas neste instrumento contratual;
- 4.8. A autorização de execução do contrato será expedida após a Contratada:

5. DO PREÇO

5.1. O valor global para a prestação do objeto deste contrato é de R\$ 100.837,54 (Cem mil, oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
5	8900200526 - ADOÇANTE INGREDIENTES: ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO COM SUCRALOSE E ACSSULFAME DE POTÁSSIO. UNIDADES DE 100ML. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA 2 ANOS A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A EMBALAGEM DEVE CONTER DATA DE VALIDADE, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS	UND	ZERO CAL.	150	R\$ 5,02	R\$ 753,00
11	8900200531 - AZEITE DE DENDÊ 500 ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, PESO LÍQUIDO DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/MS	UND	PRONTU	100	R\$ 6,19	R\$ 619,00
12	8900200532 - AZEITE DE OLIVA, COM ACIDEZ MÁXIMA DE 0,8% (EM ÁCIDO OLEICO), PARA TEMPERAR ALIMENTOS, EMBALAGEM DE 500ML. O PRODUTO DEVERÁ TER PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UND	FILIPPO BERIO	250	R\$ 8,29	R\$ 2.072,50
13	8900200533 - BATATA PALHA PCT C/ 500G DE 1ª QUALIDADE, ÍNTEGRO E CROCANTE, EMBALADO EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PCT	YOKI	250	R\$ 9,90	R\$ 2.475,00
15	8900200613 - BISCOITO DOCE TIPO MARIA FORMATAÇÃO ARREDONDADA, COMPOSIÇÃO BÁSICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AÇÚCAR E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO IMPERMEÁVEL, FECHADO, REEMBALADO EM CAIXA DE PAPEL VEDADA, COM 400 GRAMAS COM SUB EMBALAGENS INTERNAS. AS EMBALAGENS DEVEM CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE,	UND	PETRYAN	1500	R\$ 2,99	R\$ 4.485,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO / BA

Praça do Rio Branco, Nº 01, Centro, Juazeiro, Bahia, CEP 48.903-100
CNPJ nº 13.915.632/0001-27 www.juazeiro.ba.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

	QUANTIDADE DE PRODUTO, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE EN (COTA)					
16	8900200535 - BISCOITO INTFGRAL-FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, COM OUTROS INGREDIENTES. DEVERÃO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃO E LIMPOS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS, DEVENDO ESTAR EM PERFITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SÃO REJEITADOS OS BISCOITOS OU BOLACHAS MAL COZIDAS, QUEIMADAS DE CARACTERES ORGANOLÉPTICOS ANORMAIS. NÃO PODERÁ APRESENTAR UMIDADE OU BISCOITOS QUEBRADOS. EMBALAGEM: SACO DE POLIETILENO ATÓXICO, DUPLA EMBALAGEM, TRANSPAR	PCT	PETVAN	1500	R\$ 2,99	R\$ 4.485,00
17	13277 - BISCOITO SALGADO, ÁGUA E SAL, TIPO CREAM CRACKER 400G - COMPOSIÇÃO BÁSICA: FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, ÁGUA, SAL E DEMAIS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS. ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIPROPILENO, ATÓXICO, HERMETICAMENTE VEDADOS COM NO MÍNIMO 400G E EMBALADOS EM CAIXA DE PAPELÃO LIMPA, ÍNTEGRA E RESISTENTE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ TE	PCT	BRANDINI	1500	R\$ 2,99	R\$ 4.485,00
19	8900200614 - BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACKER 400G - EMBALADO EM SACO PLÁSTICO (POLIPROPILENO) E CONTIDO EM CAIXA DE PAPELÃO E ROTULAGEM ESPECÍFICA. DEVENDO CONTER: Nº DO LOTE, PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS (COTA)	PCT	PETVAN	1500	R\$ 2,99	R\$ 4.485,00
26	8900200541 - CALDO DE CARNE, CALDO DE CARNE EM PÓ CONCENTRADO SABOR CARNE 1.050KG COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, PESO LIQUIDO DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/MS	PCT	QUALIMAX	150	R\$ 9,49	R\$ 1.423,50
27	13283 - CALDO DE CARNE, EM CUBOS, EMBALAGENS DE 6 CUBOS COM PESO TOTAL 57G	UND	MAGGI	150	R\$ 0,99	R\$ 148,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO / BA

Praça do Rio Branco, Nº 01, Centro, Juazeiro, Bahia, CEP 48.903-400
CNPJ nº 13.915.632/0001-27 www.juazeiro.ba.gov.br



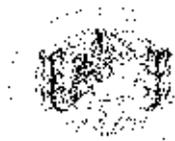


**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

28	8900200542 - CALDO DE GALINHA, CALDO DE CARNE EM PÓ CONCENTRADO SABOR GALINHA 1.050KG COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, PESO LIQUIDO DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/MS	PCT	QUALIMAX	150	R\$ 9,49	R\$ 1.423,50
29	8900200543 - CANJIQUINHA PCT 1 KG CANJIQUINHA DE MILHO - PACOTE 1 KG	UND	DULAR	100	R\$ 3,19	R\$ 319,00
32	8900200546 - COCO RALADO E DESIDRATADO 100G, CONTENDO VALIDADE E SELO DE INSPEÇÃO	SCH	DO VALE	50	R\$ 2,20	R\$ 110,00
33	8900200547 - CREME DE CEBOLA, CREME DE CEBOLA EM PÓ 60G COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, PESO LIQUIDO DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/MS	UND	MAGGI	50	R\$ 2,55	R\$ 127,50
34	8900200548 - CREME DE LEITE, TRADICIONAL. EMBALAGEM: COM 200 G, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE	UND	ITAMBÉ	250	R\$ 2,15	R\$ 537,50
35	8900200594 - DOCE DE LEITE (LATA 10KG) DOCE DE LEITE CREMOSO	UND	TRIANGULO	50	R\$ 43,00	R\$ 2.150,00
36	8900200549 - ERVILHA REIDRATADA, EM CONSERVA. EMBALAGEM COM 200 G, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/MS	LT	ODERICH	100	R\$ 1,90	R\$ 190,00
40	8900200553 - FARINHA, DE TRIGO, COM FERMENTO. EMBALAGEM CONTENDO 01 KG, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A PORTARIA 354/98 ANVISA E PORTARIA 74/94 DO MS/SNVS	KG	DONA BENTA	250	R\$ 2,20	R\$ 550,00
41	8900200554 - FARINHA, LÁCTEA, A BASE DE FARINHA DE TRIGO E LEITE INTEGRAL. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E DE ACORDO COM A PORTARIA 31/98 ANVISA	UND	NESTLE	250	R\$ 3,60	R\$ 900,00
47	8900200559 - FERMENTO BIOLÓGICO 10 G FERMENTO BIOLÓGICO; PARA PÃO, FRESCO. EMBALAGEM BEM FECHADA E INTACTA. SABOR, COR, ODORE E ASPECTOS CARACTERÍSTICOS. (EMBALAGEM 10G)	PCT	DR OETCKER	150	R\$ 0,90	R\$ 135,00

Assinado por: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA DA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://juazeiro.1doc.com.br/verificacao/F0F7-8498-A17C-D73B>





PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

48	8900200560 - FERMENTO QUÍMICO EM PÓ (LATA, ASPECTO, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS, LIVRES DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. (LATA 250 G)	UND	ROYAL	75	R\$ 4,50	R\$ 337,50
51	13285 - FUBÁ (FINO), EMBALAGEM: PACOTE COM 500G DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PCT	YOKI	750	R\$ 1,70	R\$ 1.275,00
52	8900200562 - GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI, ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 85G, DE 1ª QUALIDADE.	CX	DR OETCKER	50	R\$ 0,90	R\$ 45,00
53	8900200563 - GELATINA EM PÓ SABOR LIMÃO, ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 85G, DE 1ª QUALIDADE.	CX	DR OETCKER	50	R\$ 0,90	R\$ 45,00
54	8900200564 - GELATINA EM PÓ SABOR MORANGO, ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 85G, DE 1ª QUALIDADE.	CX	DR OETCKER	50	R\$ 1,20	R\$ 60,00
55	8900200565 - GELATINA EM PÓ SABOR UVA, ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 85G, DE 1ª QUALIDADE.	CX	DR OETCKER	50	R\$ 1,20	R\$ 60,00
56	8900200566 - GOIABADA ; EMBALAGEM COM 500G, DE CONSISTÊNCIA FIRME PARA CORTE, INSENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. CONSTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E SELO DE INSPEÇÃO	PCT	TAMBAU	100	R\$ 3,57	R\$ 357,00
57	8900200567 - GOMA DE TAPIOCA C/ 500G	PCT	TIAJU	50	R\$ 5,05	R\$ 252,50
58	8900200568 - LEITE CONDENSADO TRADICIONAL. EMBALAGEM: COM 395 G, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE	UND	PIRACANJUBA	1.000	R\$ 3,90	R\$ 3.900,00
61	8900200571 - LEITE EM PÓ SEM LACTOSE INGREDIENTES: Á BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, ÓLEO DE PALMA, XAROPE DE MILHO, AÇÚCAR, FOSFATO DE CÁLCIO, CITRATO DE POTÁSSIO, FOSFATO DE POTÁSSIO, DIBÁSICO, SAL, FOSFATO DE MAGNÉSIO, ÓXIDO DE ZINCO, PIROFOSFATO FÉRRICO, PANTOTENATO DE CÁLCIO, VITAMINAS, EMULSIFICANTES: LECITINA E MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS, AROMATIZANTE E CORANTE NATURAL (BETACAROTENO), AÇÚCAR, MALTODEXTRINA E AROMA IDÊNTICO AO NATURAL DE BAUNILHA. NÃO CONTEM GLÚTEN. EMBALAGEM: PRIMÁRIA: AT	UND	CCGL	500	R\$ 9,49	R\$ 4.745,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

63	8900200598 - LEITE, EM PÓ INTEGRAL, INSTANTÂNEO, EMBALAGEM LATA COM 400G.COM; CARACTERÍSTICAS: A) ORGANOLÉPTICAS ASPECTO - PÓ UNIFORME SEM GRÂNULOS COR - BRANCO AMARELADA ODOR E SABOR - AGRADÁVEL, NÃO RANÇOSO, SEMELHANTE AO DO LEITE FLUIDO B) FÍSICO-QUÍMICAS PROTEÍNA - MÍNIMO 26 % GORDURA MÍNIMO 76 % UMIDADE - MÁXIMO 3,5 % ACIDEZ EM SÓLIDOS NÃO GORDUROSOS - MÁXIMO 18 % SOLUBILIDADE - MÍNIMO 98 % AMIDO - AUSÊNCIA SORO AUSÊNCIA C) MICROBIOLÓGICAS SALMONELLA EM 25 G - AUSÊNCIA COLIFORMES A 45º C - MÁXIMO 10/G. (COTA)	UND	ITAMBE	4762	R\$ 7,42	R\$ 35.334,04
64	8900200573 - MACARRÃO ARGOLINHA MACARRÃO COM OVOS TIPO ARGOLINHA, PRODUTO FERMENTADO OBTIDO PELO AMASSAMENTO DA FARINHA DE TRIGO COM AGUA. EMBALAGEM: ACONDICIONADOS EM SACOS DE POLIETILENO CONTENIDO 500 GRAMAS EM FARDOS RESISTENTES DE ATÉ 05 KG. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	PCT	VITARELA	2500	R\$ 1,99	R\$ 4.975,00
68	13295 - MAIONESE. EMBALAGEM: POTE COM 250MG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO. IDENTIFICAÇÃO DE FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES DA ANVISA/MS. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE	UND	HELLMANN'S	250	R\$ 1,90	R\$ 475,00
71	8900200577 - MARGARINA 0% DE LACTOSE OU CREME VEGETAL ISFNTA DE LEITE, LACTOSE, SORO DE LEITE OU TRAÇOS DE LEITE. INGREDIENTES: ÁGUA, ÓLEOS VEGETAIS, SAL, VITAMINAS, CORANTE NATURAL, CONSERVANTES E AROMATIZANTES, DESDE QUE PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO. SEM GORDURAS TRANS E COLESTEROL EM POTES DE POLIPROPILENO, RESISTENTES, QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO CONTENDO PESO LÍQUIDO DE 500 GRAMAS, COM LACRE DE PROTEÇÃO INTACTO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFI.	UND	QUALY	100	R\$ 2,99	R\$ 299,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

73	8900200600 - MARGARINA EMBALAGEM DE 500G, PRODUTO DE ÓTIMA QUALIDADE E QUE EM SUA EMBALAGEM CONTENHA TODAS AS ESPECIFICAÇÕES PERTINENTES, INCLUSIVE DATA DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 10 MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. (COTA)	UND	PURO SABOR	1000	R\$ 3,75	R\$ 3.750,00
74	8900200579 - MASSA PARA BOLO (MISTURA PARA BOLO), SABOR BAUNILHA	PCT	MARATA	250	R\$ 2,75	R\$ 687,50
75	8900200580 - MASSA PARA BOLO (MISTURA PARA BOLO), SABOR CHOCOLATE	PCT	MARATA	250	R\$ 2,75	R\$ 687,50
76	13296 - MASSA PARA BOLO (MISTURA PARA BOLO), SABOR LARANJA	UND	DONA BENTA	250	R\$ 3,25	R\$ 812,50
79	8900200583 - MILHO, VERDE, EM CONSERVA, EMBALAGEM COM 200 G, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/MS	LT	ODERICH	100	R\$ 2,59	R\$ 259,00
80	13297 - MINGAU DE ARROZ, MINGAU DE ARROZ INSTANTÂNEO LATA DE 400GR	UND	NESTLE	100	R\$ 6,99	R\$ 699,00
81	8900200584 - MOLHO DE ALHO 150 GRAMAS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, PESO LÍQUIDO DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/MS	UND	TAMBAU	75	R\$ 1,69	R\$ 126,75
82	13299 - MOLHO DE MOSTARDA 200G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, PESO LÍQUIDO DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/MS	UND	ARISCO	75	R\$ 2,15	R\$ 161,25
83	8900200585 - MOLHO DE PIMENTA ÁGUA/PIMENTA VERMELHA MOÍDA/VINAGRE DE ÁLCOOL/SAL, APLICAÇÃO ALIMENTOS CONTENDO 150ML	UND	MARATA	75	R\$ 1,98	R\$ 148,50
84	8900200586 - MOLHO, TIPO SILOYU, A BASE DE SOJA EMBALAGEM: COM 150 GRAMAS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, PESO LÍQUIDO DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/MS	UND	MARATA	75	R\$ 1,98	R\$ 148,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

87	8900200588 - PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA 400G - COMPOSIÇÃO BÁSICA: PROTEÍNA DE SOJA 50% E CARBOIDRATO 30%, APRESENTAÇÃO: FLOCOS, ASPECTO FÍSICO: DESIDRATADA. O PRODUTO DEVERÁ TER PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6 MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UND	CAMIL	750	R\$ 3,25	R\$ 2.437,50
88	8900200589 - REFRIGERANTE, COM AROMA NATURAL, SABORES VARIADOS, EMBALAGEM, PETI CONTENDO 2 LITROS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE. NA DATA DA ENTREGA, O PRAZO DE VALIDADE INDICADO PARA O PRODUTO, NÃO DEVERÁ TER SIDO ULTRAPASSADO NA SUA METADE, TOMANDO-SE COMO REFERÊNCIA, A DATA DE FABRICAÇÃO DO LOTE, IMPRESSA NA EMBALAGEM. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	LITRO	INDAIA	1.000	R\$ 2,90	R\$ 2.900,00
89	8900200390 - SAL REFINADO, IODADO, PARA CONSUMO DOMÉSTICO. EMBALAGEM PCT CONTENDO 01 KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES DA ANVISA/MS OU REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	PCT	VENEZA	100	R\$ 0,73	R\$ 73,00
91	8900200592 - SUCO DE CAIXINHA APRESENTAÇÃO LÍQUIDA SABOR GOIABA, TIPO ARTIFICIAL. 200 ML	UND	DA FRUTA	1000	R\$ 0,85	R\$ 850,00
92	8900200593 - SUCO DE CAIXINHA APRESENTAÇÃO LÍQUIDA SABOR LARANJA, TIPO ARTIFICIAL. 200 ML	UND	MARATA	1000	R\$ 0,85	R\$ 850,00
93	13303 - SUCO DE CAIXINHA APRESENTAÇÃO LÍQUIDA SABOR PÊSSEGO, TIPO ARTIFICIAL. 200 ML	UND	MARATA	1000	R\$ 0,90	R\$ 900,00
94	13304 - SUCO DE CAIXINHA APRESENTAÇÃO LÍQUIDA SABOR UVA, TIPO ARTIFICIAL. 200 ML	UND	DA FRUTA	1000	R\$ 0,90	R\$ 900,00
95	13305 - VINAGRE, ENVASADO EM GARRAFA DE POLIETILENO ATÓXICA RESISTENTE TRANSPARENTE, CONTENDO 750 ML, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (ROTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	UND	MURIONGO	750	R\$ 1,65	R\$ 112,50
						R\$ 100.837,54



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

6. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O Contrato terá validade de **12 (Doze) meses**, contados da data da confecção deste instrumento grafado na última página, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 57, *caput* e inciso I, da Lei 8.666/93, salvo os casos previamente estabelecidos em lei, especialmente os ditames do art. 57, incisos I, II, IV e V da Lei nº. 8.666/93.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento deverá ser efetuado após a entrega efetiva dos materiais, através de transferência bancária em conta corrente da empresa contratada, em até 30 (trinta) dias subsequentes ao fornecimento, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo gestor do contrato.

7.2. A apresentação da Nota Fiscal de fatura deverá estar em total conformidade com o presente instrumento contratual e sua proposta, e deverá ser acompanhada dos documentos previstos no art. 29 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, com vigência na data de protocolo na administração pública, e deverá especificar o valor do crédito por empenho e o valor da taxa de administração.

7.3. Apresentar relação de Documentos solicitação na Habilitação Jurídica, Fiscal e Técnica descrita no edital de licitação da qual decorre este instrumento contratual.

7.4. Apresentar cópia do presente Contrato somados aos seus aditivos quando houver.

7.5. Todos os pagamentos serão realizados na **C/C 92.922-0, AG 3289- Banco 756- SICOOB**

7.6. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias corridos, nos termos do art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº. 8.666/93, a contar da efetiva liquidação da despesa, nos termos do *caput* do art. 62 e art. 63 da Lei nº. 4.320/64.

7.7. Na hipótese da aplicação de multas, só será permitido a liquidação da Nota Fiscal e a efetuação do pagamento após comprovação de recolhimento aos cofres públicos das multas aplicadas.

8. DO REAJUSTE DE PREÇOS

8.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO ESTADO DA BAHIA

8.2. Quando o reajuste se referir aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado do objeto abrangidos, considerando-se:

8.2.1. Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

8.2.2. As particularidades do contrato em vigência;

8.2.3. A nova planilha com variação dos custos apresentados;

8.2.4. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes ou fornecedores, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

8.2.5. Índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos ao aumento do preço, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

8.3. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

8.4. Os efeitos financeiros do reajuste ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

8.5. A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser proferida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e do fornecimento dos comprovantes de variação dos custos.

8.6. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

9. DO ÍNDICE DE REAJUSTE DE PREÇO

9.1. O reajuste corresponderá ao preço estimado no edital e o preço ofertado, aplicado sobre o valor médio da época do reajuste;

9.2. O reajuste poderá ocorrer a pedido da CONTRATADA ou por iniciativa da CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA obrigada a realizar o reajuste até o percentual estabelecido pela Lei Federal 8.666/1993;

9.3. O reajuste poderá ter como base índices de preços oficiais, devendo a administração adotar o IGP-M (FGV) que deverá ser apresentado memorial de cálculo realizado por profissional registrado no Conselho Regional de Economia, ou no Conselho Regional de Contabilidade ou em Software desenvolvido pelo Banco Central do Brasil ou Receita Federal do Brasil para tais fins de cálculo;

10. DO APOSTILAMENTO

10.1. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento, nos termos do art. 65, § 8º da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.2. As apostilas deverão ser realizadas pela autoridade competente ou fiscal do contrato, sendo de sua inteira responsabilidade realizar as anotações no verso da primeira folha deste instrumento, no lado esquerdo, devendo conter de forma sucinta e clara: a alteração, data, local e assinatura do autor;

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO EMPENHO

Os recursos para cobertura das despesas, decorrentes da execução do objeto contratado, correrão à conta do Programa de Trabalho consignado no Orçamento do Município.

Órgão: 01

Unidade Orçamentária: 1010001

Projeto Atividade: 2091,2095,2097,2102,2137

Elemento de Despesa: 33.90.30

Fonte: 1.500.0000/ 1.660.0000/ 1.661.0000

11.1. As despesas do ano subsequente estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento a presente finalidade, a ser consignada à Lei Orçamentária do Município.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral no fornecimento em conformidade com o objeto.

12.2. Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.

12.3. Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.

12.4. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.

12.5. Recrutar, em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos objetos, cabendo-lhe arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade com a CONTRATANTE, ficando vinculada, se motivadamente for necessário, por força de exigência dos Controles externo e/ou interno, apresentar ao Fiscal do





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

Contrato comprovação do recolhimento do FGTS, INSS, referente à força de trabalho alocado nas atividades, objeto do Contrato, sob pena de não serem liberados os pagamentos das faturas apresentadas pela CONTRATADA.

- 12.6.** Disponibilizar quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
- 12.7.** Manter, para atendimento dos pedidos, prepostos durante todo o período de vigência do Contrato, sem ônus para a CONTRATANTE.
- 12.8.** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Termo de Referência, devendo orientar os empregados nesse sentido.
- 12.9.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.10.** Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento da fatura, pela CONTRATANTE.
- 12.11.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
- 12.12.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas a esse processo licitatório e respectiva apólice de seguro, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência;
- 12.13.** Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho de suas funções ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE.
- 12.14.** Assumir todos os possíveis danos físicos e materiais causados a CONTRATANTE ou a terceiros, advindo de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução de suas funções;
- 12.15.** É vedada a veiculação de publicidade acerca deste contrato, assim como a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações de que os profissionais alocados tenham tomado ciência em razão da execução dos serviços prestados, sem o consentimento, por escrito, do Gestor do Contrato e/ou da CONTRATANTE;
- 12.16.** Realizar os fornecimentos em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.
- 12.17.** Acompanhar o controle dos contratos, se responsabilizando pelas entregas em quantidades maiores do que as estabelecidas no instrumento contratual sem a devida formulação





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

legal, fora do estabelecido no contrato etc., em todos os casos, a prestação em excesso não cria ônus para a administração, não cabendo a CONTRATADA realizar qualquer cobrança.

12.18. Comunicar imediatamente a CONTRATANTE, por escrito, qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize o fornecimento do objeto.

12.19. Comprovar a regularidade junto ao Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho, por meio da apresentação dos recibos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, relativo mês da prestação do serviço constante da fatura (Lei nº 4.923/65);

12.20. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

12.21. A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do inciso XIII, art. 55 da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;

12.22. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

12.23. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

12.24. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

13.2. Notificar, por escrito e verbalmente, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção.

13.3. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

13.4. Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;

13.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

- 13.6.** Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;
- 13.7.** Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.
- 13.8.** Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem prestados.
- 13.9.** Realizar Auditoria por meio do Sistema de Controle Interno em todos os procedimentos realizados pela CONTRATADA, sempre que entender necessário;
- 13.10.** Requerer dos representantes técnicos da empresa, do administrador e demais profissionais informações pertinentes a execução do contrato, que deverá ser fornecida de imediato com carência máxima de 24 (vinte e quatro) horas;
- 13.11.** Atestar a prestação dos serviços, quando apresentadas na forma estabelecida neste Termo, e após atesto e visto do Sistema de Controle Interno.
- 13.12.** Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à CONTRATADA.
- 13.13.** Efetuar o pagamento mensal devido pela perfeita prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
- 13.14.** Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;
- 13.15.** Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;
- 13.16.** Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;
- 13.17.** Rejeitar os serviços em desconformidade com o presente instrumento;
- 13.18.** Rescindir o presente instrumento “unilateralmente” ou “bilateralmente” por conveniência e oportunidade nos termos da legislação vigente;
- 13.19.** Suspender a execução do contrato a qualquer tempo que for detectado fraude no processo licitatório que decorreu este instrumento;
- 13.20.** Suspender, sem danos para a administração, a execução do contrato se a CONTRATADA se envolver em escândalos que mancham a sua reputação ética e moral, até conclusão de processo administrativo que deverá iniciar de ofício sob penas de responsabilidade para o gestor do contrato;
- 13.21.** Rescindir unilateralmente o presente instrumento na hipótese das contas de o gestor serem reprovadas no Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia - TCM, em decorrências de erros, imperícias e demais vícios que decorra de mau assessoramento, execução, inexecução, inércia, prevaricação por parte da CONTRATADA, desde que devidamente comprovada a culpa ou o dolo por meio de processo administrativo, sendo assegurado a contraditória e ampla defesa.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

13.22. Abrir processo administrativo sempre que entender necessário para apuração de fatos que possam acarretar prejuízos para a administração, e constatado o dano ou a mera expectativa de dano, rescindir unilateralmente o presente instrumento, sendo assegurado o pagamento do serviço prestado, nos termos da legislação em vigor.

13.23. A Administração Pública não responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

14. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. A execução do Contrato, nos termos do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93, será acompanhada e fiscalizada por servidores especificamente designados, por Portaria, como Representantes da Administração, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

14.2. O Fiscal deste contrato será o Sr **YANDERSON MARCOS DA SILVA RAMOS**, inscrito no CPF/MF sob o nº **074.035.464-74** em exercício no ato da entrega do objeto, assumindo total responsabilidade pela execução do presente instrumento, ou profissional designado por meio de portaria ou decreto específica que deverá ser juntada posteriormente a este instrumento.

14.3. Compete ao Sistema de Controle Interno fiscalizar a execução do presente contrato, inclusive fiscalizar as ações ou omissões do fiscal do contrato definido na cláusula anterior, e informar a autoridade competente ou preposto qualificado como representante da contratante os atos praticados pelo fiscal, assim como responder solidariamente pelas ações, omissões ou inércia na fiscalização do presente instrumento, sendo plenamente proibido a fiscalização de contratos por amostragem.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e arts. 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93 ficarão impedidas de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo/Contrato e demais cominações legais, a CONTRATADA que:

- 15.1.1.** Apresentar documentação falsa;
- 15.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida no contrato;
- 15.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.6.** Fizer declaração falsa;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

- 15.1.7. Cometer fraude fiscal;
- 15.1.8. Descumprimento das demais cláusulas;
- 15.1.9. Contribuir por imperícia e negligência ou prevaricação;
- 15.1.10. Perder prazos juntos aos órgãos fiscalizadores, inclusive o poder legislativo municipal e o Sistema de Controle Interno do Município;
- 15.1.11. Ou incorrer em quaisquer práticas contidas nos artigos 296 a 305, 397, 308, 311-A, 317 e 319 do Decreto-Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940.

15.2. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa que deverá ser apresentado no prazo de 03 dias.

15.3. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, as seguintes aplicações:

15.3.1. Advertência:

15.3.1.1. São motivos para advertência: comportamento dos funcionários e colaboradores incompatível com as regras da sociedade, tais como uso de linguagem obscena, indelicada que exponha funcionários públicos ao ridículo e desonra.

15.3.2. Multa de:

15.3.2.1. 1,00 % (um por cento) ao dia sobre o valor total do pedido, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos até o limite de cinco dias corridos;

15.3.2.2. 3,00% (três por cento) ao dia sobre o valor total do pedido após o décimo dia de perda do prazo no atraso injustificado, até o limite de cinco dias;

15.3.2.3. 5,00% (cinco por cento) sobre o valor total do pedido para atrasos superior a 10 dias e suspensão imediata do contrato;

15.3.2.4. 10,00% (dez por cento) sobre o valor total do contrato para empresas que cometer atos públicos de racismo, discriminação por orientação sexual, religião, raça, cor, política e qualquer tipo de discriminação prevista em lei, incluindo apologia ao crime, a atos contra as instituições democráticas e apologia ao terrorismo e ao nazismo nos termos da Lei Federal 7.716/1989.

15.3.3. Suspensão:

15.3.3.1. A suspensão da execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

15.3.3.2. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação; e

15.3.3.3. A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto.

15.3.4. Rescisão contratual:

15.3.4.1. Rescisão Unilateral do presente instrumento nos termos do art. 77 a 79, inciso I, da Lei 8.666/93 se dará quando:

15.3.4.1.1. Não houver cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

15.3.4.1.2. Houver cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

15.3.4.1.3. Houver lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

15.3.4.1.4. Houver o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

15.3.4.1.5. Houver a paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração

15.3.4.1.5.1. Em todos os casos de comunicação, esta não terá efeitos quando houver deferimento do pedido pelo gestor do contrato;

15.3.4.1.6. Houver a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

15.3.4.1.7. Houver o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores

15.3.4.1.8. Houver o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;

15.3.4.1.9. Houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

15.3.4.1.10. Houver a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

15.3.4.1.11. Houver a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

- 15.3.4.1.12.** Houver razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- 15.3.4.1.13.** Houver a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- 15.3.4.1.14.** Houver processamento de nova licitação com as mesmas condições e obtenção de preços inferior ao fixando neste instrumento, mesmo estando o presente em vigência;
- 15.3.4.1.15.** Não prestação da caução prevista neste instrumento no prazo previsto;
- 15.3.4.1.16.** Praticar perjúrio por meio de seus sócios, contador responsável ou preposto, além das penalidades previstas no art. 342 do Código Penal Brasileiro.
- 15.4.** O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês.
- 15.5.** Na impossibilidade de desconto no pagamento subsequente, será liquidado do seguro caução previsto neste instrumento.
- 15.6.** após o regular processo administrativo, será: descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, ou protestado em cartório de protestos, SERASA e SPC.
- 15.7.** As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
- 15.8.** No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.
- 15.9.** Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das multas e da declaração de impedimento para licitar e contratar com o município, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 15.10.** A Aplicação da penalidade de rescisão contratual ou suspensão repercutirá sobre todos os demais atos pertencentes ao mesmo contratante.
- 15.11.** O Contrato será rescindido unilateralmente se a contratada ou qualquer de seus sócios forem condenados pelos crimes previstos no arts. 89 a 88 da Lei Federal 8.666/1993 ou lei que tenha a substituir os presentes crimes em especial a nova lei de licitações e contrato que tramita no Congresso Nacional; os crimes previstos na Lei Federal 8.137/990; os crimes definidos na Lei Federal 8.429/992 e demais crimes contra a ordem pública;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

15.12. Havendo suspensão contratual, será dado aviso com antecedência mínimo de 05 dias e máximo de 08 dias corridos, nos termos do art. 599, § único do Código Civil - CC e art. 109, I 'e' e 'f' da Lei Federal 8.666/1993, no que for melhor conveniente para a administração em manifesta observância ao poder de império da administração pública.

16. DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

16.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de rescindi-lo, mediante notificação via Diário Oficial quando fracassados outros meios.

16.2. Os casos de rescisão contratual comprovada as hipóteses previstas no art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/1993, serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

16.3. Na rescisão contratual deverá ser considerada a natureza e a gravidade da infração cometida e os danos que dela provierem para a Administração Pública.

16.4. Havendo rescisão nos termos dos incisos I a VIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, a Administração fará execução imediata do valor da apólice ou caução;

16.5. Ao CONTRATANTE é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da mesma Lei.

16.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

16.6.1. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.6.2. Indenizações e multas;

16.6.3. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

17. NORMAS ANTICORRUPÇÃO

17.1. A CONTRATADA declara que conhece as várias leis e convenções aplicáveis no Brasil que proíbem atos de corrupção e outros atos lesivos contra a administração pública, dentre elas a Convenção Anticorrupção da OCDE, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Decreto Federal nº 5.687/06), o Código Penal Brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), Lei nº 9.613/98 e a Lei nº 12.846/2013, doravante denominadas, em conjunto, "Leis Anticorrupção". Em todas as atividades e atos relacionados à execução do presente Contrato, compromete-se a CONTRATADA a cumprir e fazer cumprir, por si e por seus administradores, colaboradores e terceiros, rigorosamente, as Leis Anticorrupção.

17.2. A CONTRATADA declara ainda que conhece as disposições relacionadas com o combate à corrupção, seja ela pública ou privada, e compromete-se a cumprir fielmente as disposições, comprometendo-se ainda a denunciar à CONTRATANTE qualquer infração a essas disposições que venha a ser do seu conhecimento, na forma disciplinada na Lei Federal 8.429/1993;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

- 17.3.** Obriga-se a CONTRATADA, de forma irrevogável, a não prometer, oferecer, dar, patrocinar, incentivar, obrigar ou concordar, direta ou indiretamente, com subornos, fraudes, tráfico de influência, extorsão, vantagem indevida (seja em dinheiro, presentes, descontos, favores ou qualquer outra coisa de valor), a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, nem praticar quaisquer dos atos vedados pelas Leis Anticorrupção. Compromete-se, ainda, a adotar as melhores práticas de Governança com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus administradores, colaboradores, prepostos ou terceiros, de acordo o disposto no artigo 7º, inciso VIII, da Lei nº 12.846/2013 e na Lei nº 9.613/98 e suas respectivas modificações e regulamentações.
- 17.4.** A CONTRATADA deverá observar e fazer observar, por seus fornecedores, prepostos, empregados, colaboradores em geral, prestadores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética e integridade durante todo o processo de contratação e execução deste Contrato. É dever da CONTRATADA treinar seus empregados e colaboradores em geral acerca de condutas éticas e do combate à corrupção.
- 17.5.** A CONTRATADA declara que nos últimos 05 (cinco) anos não foi objeto de nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionado ao descumprimento das Leis Anticorrupção ou de lavagem de dinheiro, e que suas atividades estão em conformidade com estas leis.
- 17.6.** A CONTRATADA declara, ainda, que não há qualquer agente público ou pessoa a ele relacionada que receberá, direta ou indiretamente, benefícios ou vantagens em decorrência do presente Contrato.
- 17.7.** Toda documentação de cobrança a ser emitida nos termos deste Contrato deverá estar acompanhada de fatura/nota fiscal detalhada, contendo discriminação dos fornecimentos, conforme o caso. A CONTRATADA obriga-se a manter livros, contas, registros e faturas fidedignos e consistentes com as operações a que correspondem. Considerando os propósitos na presente Cláusula, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de indícios de irregularidades ou de quaisquer práticas ilícitas, a CONTRATANTE, seja diretamente ou por meio de pessoas por ela formalmente indicadas a tal fim, possa inspecionar o local de execução do CONTRATO e auditar todos os documentos, contas e registros relacionados à contratação e à execução do objeto deste CONTRATO.
- 17.8.** Qualquer violação, por parte da CONTRATADA, das Leis Anticorrupção ou da presente Cláusula (Leis Anticorrupção) - será considerada uma infração grave a este Contrato, e consistirá justa causa para sua rescisão motivada, conferindo à CONTRATANTE o direito de declarar rescindido imediatamente o presente Contrato, sem qualquer ônus ou penalidade, ficando a CONTRATADA responsável pelas perdas e danos a que der causa, nos termos da lei aplicável.
- 17.9.** O presente Contrato poderá ser imediatamente rescindido pela CONTRATANTE, ainda, na hipótese de participação ou envolvimento comprovado da CONTRATADA, diretamente ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas e/ou obstrutivas (conforme Diretrizes e definições do Banco Mundial), ou em lavagem de dinheiro ou ocultação de





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

bens, direitos e valores (conforme Lei nº 9.613/98), seja na execução do presente Contrato ou em quaisquer outros Contratos em que figurar como CONTRATADA, seja com entes públicos ou privados.

17.10. A CONTRATADA notificará prontamente, por escrito, a CONTRATANTE a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas Leis Anticorrupção ou às disposições desta Cláusula – Leis Anticorrupção – ou de qualquer suspeita de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista na Lei Federal 8.429/1993.

18. DAS VEDAÇÕES

18.1. É vedado à CONTRATADA:

18.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

18.1.2. Interromper o fornecimento sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;

18.1.3. Veicular a execução ou inexecução do contrato a propaganda ou anúncios de qualquer espécie ou pretexto a partidos políticos ou seus integrantes, mídia e afins, sendo permitido somente para todos os fins de discordância contratual ou inadimplência o devido processo legal – administrativamente ou via judicial;

18.1.4. Na existência de processo judicial fica a CONTRATADA proibida de expor a terceiros sem autorização expressa da CONTRATANTE ou do magistrado os motivos do litígio, os acordos firmados, os prejuízos acumulados e qualquer outra informação, pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar da conclusão do processo.

19. DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis à espécie, e em sua inércia a jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre a temática ou a jurisprudência do Prof. Marçal Justen Filho, nos termos do inciso XII, art. 55 da Lei Federal nº 8.666/1993;

20. DA PUBLICIDADE

20.1. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/1993 ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

21. DA ASSINATURA

21.1. A assinatura do presente, constitui concordância com todas as suas cláusulas, renunciando qualquer outra por mais privilegiada que se configure.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. As empresas enquadradas no inciso V do § 2º e no inciso II do § 5º do art. 3º desta Lei deverão cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, nos termos do caput do art. 66-A da Lei Federal nº 8.666/1993.

23. DO FORO

23.1. Fica este instrumento vinculado ao edital de licitação e à proposta final acostada nos autos do processo, nos termos do inciso XI, do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/1993;

23.2. Nos termos § 2º do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/1993, fica designado o foro da Sede da Contratante para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 da citada lei, renunciando expressamente a outro qualquer, por mais privilegiado que se configure.

Juazeiro/BA, 23 de março de 2023.

**FERNANDO ANTONIO BEZERRA DA COSTA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHER E DIVERSIDADE
CONTRATANTE**

Documento assinado digitalmente
FLAVIO MIRANDA DE ALENCAR
Insc. nº 13.057.2623-10-2/04-0900
Verifique em: <http://portal.ti.gov.br>

**FLAVIO MIRANDA DE ALENCAR
FRANCISCO FLAVIO COELHO DE MACEDO
CONTRATADA**

Testemunhas:

1) [Assinatura]
2) [Assinatura]

CPF: 067.908.052-40
CPF: 074.450.815-55





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F0E2-8498-A17C-DF3B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

 **FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA DA COSTA** (CPF 962.XXX.XXX-53) em 23/03/2023 14:48:50
(GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juazeiro.1doc.com.br/verificacao/F0E2-8498-A17C-DF3B>



Pernambuco

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

Número da Certidão: 2023.000000193183-51

Data de Emissão: 04/01/2023

DADOS DO CONTRIBUINTE

Razão Social: FRANCISCO FLAVIO COELHO MACEDO ME

Endereço: RUA JOSE RODRIGUES N. 146, COHAB SAO FRANCISCO, PETROLINA - PE, CEP: 58309460

CNPJ: 17.558.681/0001-00

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste órgão, que o contribuinte acima identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida até **03/04/2023** devendo ser confirmada sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" na página www.sefaz.pe.gov.br.

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 17.558.681/0001-00
Razão FRANCISCO FLAVIO COELHO MACEDO ME
Social:
Endereço: R MONSENHOR COSTA REGO 325 / COHAB VI / PETROLINA / PE / 56309-440

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/03/2023 a 12/04/2023

Certificação Número: 2023031401523598304200

Informação obtida em 21/03/2023 10:26:59

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CERTIDÃO NEGATIVA

Nº 397 / 2023

RAZÃO SOCIAL:

FRANCISCO FLAVIO COELHO MACEDO ME

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: **9630957**

Endereço

Rua JOSE RODRIGUES-47, 146, , COHAB SÃO FRANCISCO, Petrolina CEP: 56309-460

Dados do Contribuinte ou Responsável

FRANCISCO FLAVIO COELHO MACEDO ME

Nome do Documento Jurídico

17.558.681/0001-00

Endereço

Rua JOSE RODRIGUES-47, 146, , COHAB SÃO FRANCISCO, Petrolina CEP: 56309-460

CERTIDÃO

CERTIFICO para os devidos fins, na forma do disposto na Lei Complementar Municipal nº 017/2013 (CFM) e no Código Tributário Nacional, que na presente data, em nome do contribuinte acima identificado, **NÃO CONSTA A EXISTÊNCIA DE DÉBITOS** referente aos tributos municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, estando o mesmo em **SITUAÇÃO REGULAR**, perante a Fazenda Municipal.

Ressalvando o direito da Fazenda Municipal cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que venham a ser apuradas posteriormente.

PETROLINA - PE, Quarta-feira, 4 de Janeiro de 2023

Esta Certidão é válida por 90 dias contados da data de emissão

VÁLIDA ATÉ: 04/04/2023

Chave de Validação: **22ea72ad**

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JUAZEIRO**

PRAÇA DA BANDEIRA S/N
CENTRO
JUAZEIRO - BA
CNPJ: 19.578.127/0001-10

NOTA DE EMPENHO

Proc. Adm: **Empenho: 968** **Exerc.: 2023** **Tipo: ESTIMATIVA** **Crédito: Orçamentário e Suplementar**

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA **DADOS COMPLEMENTARES**

Unidade: 1010001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL Modalidade: 049-2022PE - Pregão Eletrônico para Registro de Preço
Função: 05 - ASSISTÊNCIA SOCIAL Contrato: 250-2023 - 2023
Sub-Função: 122 - Administração Geral Convênio:
Programa: 013 - JUAZEIRO PELA JUSTIÇA, DESPESA SOCIAL E COMBATE A POBREZA Cat. da Despesa: 33903012 - GÊNERO ALIMENTÍCIO - OUTROS
Ação: 2031 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL Incorporação:
Elemento: 3.3.9.0 30.00.00 - Material de Consumo Desp. de Passagem
Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - PM Obs:

Saldo Anterior	Valor do Empenho	Saldo Atual
135.940,99	100,00	135.840,99

CREADOR

R. Social/Nome: 32516 - FRANCISCO FLAVIO COELHO MACEDO-WE Endereço: RUA JOSÉ RODRIGUES, Nº.146
C.N.T./CPF: 17.556.881/0001-00 R.G.: Bairro: COHAB SÃO FRANCISCO
I.M.: I.P.: Cidade/UF: PETROLINA/PE
Banco: BANCOOB Agência: 3289-1 Conta: 92922 - 0

HISTÓRICO / ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (NÃO PERLÓCIVEIS), DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE - SPSAU, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SEDUC E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHER E DIVERSIDADE - SEDS DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO-BA.

Itens do Empenho						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Único	Valor Total

Data do Empenho: 04/04/2023

Valor: 100,00 (Cem Reais)

<p>AUTORIZO O EMPENHO DA DESPESA SUPRA VINCIONADA EM 04/04/2023</p>	<p>DECLARO QUE A IMPORTÂNCIA SUPRA FOI DEJUZADA DO CRÉDITO PRÓPRIO EM 04/04/2023</p>
---	--

Empenho: 968

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JUAZEIRO**

PRAÇA DA BANDEIRA SN
CENTRO
JUAZEIRO - BA
CNPJ: 18.678.127/0001-13

NOTA DE EMPENHO

Proc. Adm:	Empenho: 969	Exerc.: 2023	Tipo: ESTIMATIVA		Crédito: Orçamentário e Suplementar	
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			DADOS COMPLEMENTARES			
Unidade: 1010001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			Modalidade: 049/2022PE - Pregão Eletrônico para Registro de Preço			
Função: 05 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			Contrato: 250-2023 - 2023			
Sub-Função: 244 - Assistência Comunitária			Convênio:			
Programa: 019 - ACREDITAR NOS JOVENS A PROCURA DE CAMINHOS NOVOS			Cat. da Despesa: 33905012 - GÊNERO ALIMENTÍCIO - OUTROS			
Ação: 2096 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			Inscrição:			
Elemento: 3.3.9.0.30.00.00 - Materia. de Consumo			Disp. ca Pessoa:			
Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - PM			Obs:			
Saldo Anterior	Valor do Empenho	Saldo Atual				
28.000,00	100,00	27.900,00				
CREADOR						
R. Social/Name: 32916 - FRANCISCO FLAVIO COELHO MACEDO-ME			Endereço: RUA JOSÉ RODRIGUES, Nº 148			
C.N.P.J/CNPJ: 17.558.685/0001-05			Bairro: COBA,3 SAO FRANCISCO			
I.M.:			Cidade/UF: PETROLINA/PE			
Banco: BANCOOB			Contar: 92922 - 0			
Agência: 3268-1						
HISTÓRICO / ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA						
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (NÃO PERECÍVEIS), DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE - SESAU, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SEDUC E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHER E DIVERSIDADE - SEDES DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA.						
Itens do Empenho						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Único	Valor Total
Data do Empenho: 03/04/2023						
Valor: 100,00 (Cem Reals)						
AUTORIZO O EMPENHO DA DESPESA SUPRA MENCIONADA EM: 03/04/2023			DECLARO QUE A IMPORTÂNCIA SUPRA FOI DEFUZIDA DO CRÉDITO PRÓPRIO EM:03/04/2023			
_____			_____			

Empenho: 969

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JUAZEIRO**

PRAÇA DA BANDEIRA SN
CENTRO
JUAZEIRO - BA
CNPJ: 18.578.127/0001-10

NOTA DE EMPENHO

Proc. Adm:	Empenho: 970	Exerc.: 2023	Tipo: ESTIMATIVA	Crédito: Orçamentário e Suplementar
------------	--------------	--------------	------------------	-------------------------------------

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DADOS COMPLEMENTARES
-----------------------------------	-----------------------------

Unidade: 010001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL Sub-Função: 244 - Assistência Comunitária Programa: 019 - ACREDITAR NOS JOVENS A PROCURA DE CAMINHOS NOVOS. Ação: 2097 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE Elemento: 3.3.9.0.30.00.00 - 'Materia' de Consumo Nome: 15050000 - Recursos não Vinculados de Impostos - PM	Modalidade: 049-2022PE - Pregão Eletrônico para Registro de Preço Contrato: 250-2023 - 2023 Convênio: Cat. da Despesa: 339030*2 - GÊNERO ALIMENTÍCIO - OUTROS Incorporação: Desp. de Pessoal: Obs:
---	--

Saldo Anterior	Valor do Empenho	Saldo Atual
1,000,00	100,00	900,00

CREADOR

R.Social/Nome: 32818 - FRANCISCO FLAVIO COELHO MACEDO-ME	Endereço: RUA JOSÉ RODRIGUES, Nº. 145
C.N.P.J/CNPJ: 17.558.687/0001-00	R.G.: Bairro: COIÁS SÃO FRANCISCO
I.M.: I.E.:	Cidade/UF: PETROLINA / PE
Banco: BANCO06	Agência: 3289-1
	Conta: 32922 - 0

HISTÓRICO / ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (NÃO PERECÍVEIS), DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE - SESAU, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SEDUC E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHER E DIVERSIDADE - SEDES DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA.

Itens do Empenho						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Único	Valor Total

Data do Empenho: 04/04/2023

Valor: 100,00 (Cem Reals)

AUTORIZO O EMPENHO DA DESPESA SUPRA MENCIONADA EM: 04/04/2023	DECLARO QUE A IMPORTÂNCIA SUPRACITADA DEDUZIDA DO CRÉDITO PRÓPRIO EM: 04/04/2023
--	---

Empenho: 970



FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JUAZEIRO

PRAÇA DA BANDEIRA SN
CENTRO
JUAZEIRO - BA
CNPJ: 18.578.127/0001-111

NOTA DE EMPENHO

Proc. Adm:	Empenho: 971	Exerc.: 2023	Tipo: ESTIMATIVA	Crédito: Orçamentário e Suplementar
------------	--------------	--------------	------------------	-------------------------------------

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DADOS COMPLEMENTARES
-----------------------------------	-----------------------------

Unidade: 1010001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL Sub-Função: 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente Programa: 013 - JUAZEIRO PELA JUSTIÇA, DEFESA SOCIAL E COMBATE A POBREZA Ação: 2112 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE Elemento: 3390300000 - Material de Consumo Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - PM	Modalidade: 045-2022PE - Projeto Eletrônico para Registro de Preço Contrato: 250-2023 - 2023 Convênio: Cat. da Despesa: 33903012 - GÊNERO ALIMENTÍCIO - OUTROS Incorporação: Desp. de Pessoal: Cos:
--	---

Saldo Anterior	Valor do Empenho	Saldo Atual
1.000,00	100,00	900,00

CREDOR

R.Social/Nome: 52915 - FRANCISCO FLAVIO COELHO MACEDO-ME	Endereço: RUA JOSÉ RODRIGUES, Nº. 145
C.N.P.J./CPF: 17.556.681/0001-00	R.G.: Bairro: COIMBAO SAO FRANCISCO
I.M:	I.E.: Cidade/UF: PETROLINA/PE
Banco: BANCOOB	Agência: 3258-1 Conto: 92822 - 0

HISTÓRICO / ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVLNTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (NÃO PERECÍVEIS), DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE - SUSAU, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SEJUC E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTUR E DIVERSIDADE - SEDDES DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA.

Itens do Empenho						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Único	Valor Total

Data do Empenho: 04/04/2023

Valor: 100,00 (Cem Reais)

AUTORIZO O EMPENHO DA DESPESA SUPRA MENCIONADA EM: 04/04/2023	DEFILO QUE A IMPORTÂNCIA SUPRA FOI DEBUZIDA DO CRÉDITO PRÓPRIO EM: 04/04/2023
--	---

Empenho: 971



EXTRATO DE CONTRATOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
Diretoria de Licitações e Contratos

EXTRATO DE CONTRATO

PE Nº 049-2022

PA Nº 319-2022

CONTRATO Nº 248-2023 – OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios (não perecíveis), destinados ao atendimento das demandas da Secretaria De Saúde - Sesau, Secretaria De Educação - Seduca e Secretaria De Desenvolvimento Social, Mulher e Diversidade - Sedes do Município de Juazeiro Ba.

Contratante: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** inscrito no CNPJ 11.145.615/0001-22

Contratada: **FRANCISCO FLAVIO COELHO DE MACEDO** inscrito no CNPJ 17.558.681/0001-00

Valor global: R\$ 252.098,95 (Duzentos e cinquenta e dois mil, noventa e oito reais e noventa e cinco centavos).

Data de Assinatura: 23/03/2023

Vigência: 12 MESES

Assinam:

Pelo Município: **ALLAN JONES DE CARVALHO OLIVEIRA COSTA** – Secretário Municipal de Saúde

Pela Contratada: **FLAVIO MIRANDA DE ALENCAR** – Representante Legal

PE Nº 049-2022

PA Nº 319-2022

CONTRATO Nº 250-2023 – OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios (não perecíveis), destinados ao atendimento das demandas da Secretaria De Saúde - Sesau, Secretaria De Educação - Seduca e Secretaria De Desenvolvimento Social, Mulher e Diversidade - Sedes do Município de Juazeiro Ba.

Contratante: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** inscrito no CNPJ 19.578.127/0001-10

Contratada: **FRANCISCO FLAVIO COELHO DE MACEDO** inscrito no CNPJ 17.558.681/0001-00

Valor global: R\$ 100.837,54 (Cem mil, oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).

Data de Assinatura: 23/03/2023

Vigência: 12 MESES

Assinam:

Pelo Município: **FERNANDO ANTONIO BEZERRA DA COSTA** – Secretário Municipal de desenvolvimento Social, Mulher e Diversidade.

Pela Contratada: **FLAVIO MIRANDA DE ALENCAR** – Representante Legal

Certificação Digital: L6HWQCKB-C9CP0011Z-YGKVBKRO-G6XBGTR0

Versão eletrônica disponível em: <https://www6.juazeiro.ba.gov.br>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/04/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



EXTRATO DE CONTRATOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
Diretoria de Licitações e Contratos

EXTRATO DE CONTRATO

PE Nº 049-2022

PA Nº 319-2022

CONTRATO Nº 248-2023 – OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios (não perecíveis), destinados ao atendimento das demandas da Secretaria De Saúde - Sesau, Secretaria De Educação - Seduce e Secretaria De Desenvolvimento Social, Mulher e Diversidade - Sedes do Município de Juazeiro Ba.

Contratante: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** inscrito no CNPJ 11.145.613/0001-22

Contratada: **FRANCISCO FLAVIO COELHO DE MACEDO** inscrito no CNPJ 17.558.681/0001-00

Valor global: R\$ 252.098,95 (Duzentos e cinquenta e dois mil, noventa e oito reais e noventa e cinco centavos).

Data de Assinatura: 23/03/2023

Vigência: 12 MESES

Assinam:

Pela Município: **ALLAN JONES DE CARVALHO OLIVEIRA COSTA** – Secretário Municipal de Saúde

Pela Contratada: **FLAVIO MIRANDA DE ALENCAR** - Representante Legal

PE Nº 049-2022

PA Nº 319-2022

CONTRATO Nº 250-2023 – OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios (não perecíveis), destinados ao atendimento das demandas da Secretaria De Saúde - Sesau, Secretaria De Educação - Seduce e Secretaria De Desenvolvimento Social, Mulher e Diversidade - Sedes do Município de Juazeiro Ba.

Contratante: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** inscrito no CNPJ 19.578.127/0001-10

Contratada: **FRANCISCO FLAVIO COELHO DE MACEDO** inscrito no CNPJ 17.558.681/0001-00

Valor global: R\$ 100.837,54 (Cem mil, oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).

Data de Assinatura: 23/03/2023

Vigência: 12 MESES

Assinam:

Pela Município: **FERNANDO ANTONIO BEZERRA DA COSTA** – Secretário Municipal de desenvolvimento Social, Mulher e Diversidade

Pela Contratada: **FLAVIO MIRANDA DE ALENCAR** - Representante Legal



MINISTÉRIO PÚBLICO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FRANCISCO FLAVIO COELHO MACEDO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 17.558.681/0001-00

Certidão nº: 328092/2023

Expedição: 04/01/2023, às 09:44:42

Validade: 03/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que FRANCISCO FLAVIO COELHO MACEDO (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 17.558.681/0001-00, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aplicação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **FRANCISCO FLAVIO COELHO MACEDO**
CNPJ: **17.558.681/0001-00**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas do responsável do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:18:52 do dia 13/03/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/09/2023.

Código de controle da certidão: **3DEB.F9D5.255F.389F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Proc. Administrativo 1- 4.058/2023

De: Maria O. - CGM - REP

Para: CGM-NTSE - Núcleo de Transparência, SIGA e TCM

Data: 05/04/2023 às 10:54:10

Setores (CC):

SEAD-CLC-DC-RMS, CGM - PROC, CGM-NTSE

Bom dia!

Segue contrato para informes.

—

Maria Nice de Oliveira

Secretaria

Matricula:36310

Decreto: 794/2021